



Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores e a condição do trabalho docente 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-441-2 DOI 10.22533/at.ed.412190507 1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Abordar o tema “formação de professores e a condição do trabalho docente”, especialmente nos tempos hodiernos, é uma tarefa complexa e delicada. Complexa porque envolve elementos de natureza múltipla, que se fundamentam e se desenvolvem a partir de aspectos legais, sociais, humanos, econômicos, estruturais; e delicada, porque necessita de uma visão crítica sobre a realidade, a fim de buscar olhares e ações sobre os elementos que agregam e se inter-relacionam no campo educacional.

Assim, no intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre assuntos tão plurais e possibilitar uma leitura mais prática e agregadora, este livro traz 53 artigos organizados em dois volumes, levando em conta a proximidade dos temas apresentados.

No volume 1, os temas discutidos giram em torno de assuntos relacionados à formação de professores, especialmente no que diz respeito às experiências *da* e *na* formação inicial e continuada, além da gestão democrática.

No volume 2, os autores apresentam seu trabalhos sobre assuntos pertinentes às relações estabelecidas entre educação, formação docente e uso das tecnologias, trazendo contribuições valiosas para a leitura de temas acerca do trabalho docente.

Abordam as transformações ocorridas nesse campo discorrendo sobre a precarização do trabalho, o adoecimento dos professores e a desconsideração dos saberes docentes até chegar à falta de autonomia destes profissionais; apresentam também diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos que podem se transformar em estratégias úteis para a melhoria do desempenho discente, assim como trazem à tona estudos sobre a inclusão e o trabalho docente.

Por fim, esta obra caracteriza-se como um rico instrumento para a leitura de profissionais da área da educação ou pessoas que tenham alguma relação com o trabalho docente, pois propicia importantes reflexões acerca do multifacetado cenário educacional.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

TRABALHO DOCENTE

CAPÍTULO 1	1
A INTERATIVIDADE E A SOBRECARGA DE TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.4121905071	
CAPÍTULO 2	14
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”	
Joceli de Fatima Arruda Sousa Thais Fernanda dos Santos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4121905072	
CAPÍTULO 3	26
ADOCECIMENTO DE PROFESSORES/AS: O PROCESSO E O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO FUNCIONAL	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.4121905073	
CAPÍTULO 4	39
HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: OFÍCIO DOCENTE E CONSTITUIÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS	
Marta Campos de Quadros Yoshie Ussami Ferrari Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4121905074	
CAPÍTULO 5	48
INTERPRETANDO O TRABALHO DOCENTE: ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DOS ESTUDOS DE NORBERT ELIAS	
Mirna Ribeiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4121905075	
CAPÍTULO 6	59
O PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: INVESTIGAÇÃO DE ALGUMAS DIFICULDADES RELATIVAS A ESSE CICLO DE ESTUDO	
Sergio Bitencourt Araújo Barros João de Deus Dias de Sousa Filho Francisco de Assis Araújo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.4121905076	
CAPÍTULO 7	70
PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	
Erlando da Silva Resês Walace Roza Pinel	
DOI 10.22533/at.ed.4121905077	

CAPÍTULO 8 83

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IPIAÚ – BA

Nauseli de Souza Almeida
Talamira Taita Rodrigues Brito

DOI 10.22533/at.ed.4121905078

CAPÍTULO 9 95

REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O ADOECIMENTO DOCENTE

Anna Paulla Artero Vilela

DOI 10.22533/at.ed.4121905079

CAPÍTULO 10 105

REFORMA CURRICULAR E CONFLITIVIDADE DOCENTE: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Thiago Figueira Boim

DOI 10.22533/at.ed.41219050710

CAPÍTULO 11 121

SICREDI E O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA PRIVADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leila Duarte Reis
Daniela Oliveira Lopes
Vanessa Silva da Silva
Susana Schneid Scherer
Maria de Fátima Cóssio

DOI 10.22533/at.ed.41219050711

CAPÍTULO 12 136

TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS GERENCIALISTAS E CURRÍCULO: POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANA

Cristiane Bartz de Ávila
Ângela Mara Bento Ribeiro
Maria de Fátima Bento Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.41219050712

METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS: ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DISCENTE

CAPÍTULO 13 148

DISPOSITIVOS ELABORADOS PARA LECIONAR ELETROQUÍMICA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

Marcelo Monteiro Marques
Gabriel Carvalho de Lima

DOI 10.22533/at.ed.41219050713

CAPÍTULO 14 162

ESTUDO DE CASO: UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

Ricardo Luiz Perez Teixeira
Cynthia Helena Soares Bouças Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.41219050714

CAPÍTULO 15 170

GINCANA DO pH: ATIVIDADE MOTIVADORA PARA UM SÁBADO LETIVO NO IFPB - CATOLÉ DO ROCHA

Tainá Souza Silva
Raquel Ferreira Dantas
Misael Warly Maia Pereira
Alexsandro Trindade Sales da Silva
João Jarllys Nóbrega de Souza

DOI 10.22533/at.ed.41219050715

CAPÍTULO 16 176

MERCADO DE ENERGIA – UMA ESTRATÉGIA LÚDICA PARA INTRODUIR O METABOLISMO COM ENFOQUE NA ADENOSINA TRIFOSFATO (ATP)

Flávia Carvalho Aguiar
Ingrid Araújo Palhano
Eloíse Batista Toletino de Melo
Luana Lorryne de Faria Martins
Ana Carolina Goulart
Andreia Laura Prates Rodrigues
Leda Quércia Vieira

DOI 10.22533/at.ed.41219050716

CAPÍTULO 17 183

NUMEROX CINÉTICO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE CINÉTICA QUÍMICA EM UMA TURMA DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA

Francisco de Assis Araújo Barros
Patrícia Ribeiro Leal
Sergio Bitencourt Araújo Barros
Janaine Marques Leal Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050717

CAPÍTULO 18 194

O LÚDICO COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: ESTUDO DE CASO NUMA TURMA DE PROEJA DO IFPI

Francisco de Assis Araújo Barros
Lívia Maria de Moura Pimentel
Sergio Bitencourt Araújo Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050718

CAPÍTULO 19 201

POTENCIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE SÍNTESE DE PROTEÍNAS, UTILIZANDO MÚSICA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR

Fabiana América Silva Dantas de Souza
Vaniele Maritissa da Silva
Josilene Maria Silva do Nascimento
Wanessa Mayara da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050719

CAPÍTULO 20	210
SIMULADORES PARA SMARTPHONES: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DO ELETROMAGNETISMO E CIRCUITOS ELÉTRICOS	
Marcos Antônio Vieira da Silva Antônio Edenilton Leite da Silva Jailson da Silva Soares Isaiane Rocha Bezerra Haroldo Reis Alves de Macêdo	
DOI 10.22533/at.ed.41219050720	
CAPÍTULO 21	218
TRABALHANDO CIÊNCIAS COM TURMAS MULTISSERIADAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM OFICINAS PEDAGÓGICAS	
Yara Maria Amorim dos Santos Carla Caroline Santana da Silva Mateus Henrique Alves Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.41219050721	
CAPÍTULO 22	223
UMA WEBQUEST PARA FACILITAR O ENSINO DE ISOMERIA ÓPTICA	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Alanis Luckwu da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050722	
CAPÍTULO 23	230
VÍDEOS MICROBIOLÓGICOS: APRENDENDO E ENSINANDO	
Agnes Kiesling Casali Patricia Costa Lima da Silva Luísa Lemos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.41219050723	
CAPÍTULO 24	236
WEBQUEST COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Marcílio Gonçalves da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050724	
CAPÍTULO 25	242
MUSEU COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E RELIGIOSA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFORMAL	
Germana Ponce de Leon Ramírez	
DOI 10.22533/at.ed.41219050725	

INCLUSÃO E TRABALHO DOCENTE POSSIBILIDADES DE RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

CAPÍTULO 26 249

A EFICIÊNCIA NO USO DO MODELO TRIDIMENSIONAL DA CÉLULA ANIMAL NO ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR PARA DEFICIENTES VISUAIS

João Pedro Cardoso de Macedo
Ana Victória Carneiro de Araújo
Wyadyson Francisco de Sousa Maciel
Jeane de Oliveira Moura

DOI 10.22533/at.ed.41219050726

CAPÍTULO 27 259

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: MATERIAIS DIDÁTICOS CRIATIVOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Sérgio Marivaldo dos Santos
Quélia de Souza Sabino
Aldair Lucas Lopes da Silva
Hércules Santiago Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050727

CAPÍTULO 28 263

UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Angela Maria de Sousa e Silva
Jeanne Denise Bezerra de Barros
Sabrina Nogueira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050728

CAPÍTULO 29 275

USO DE TABULEIRO NO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Joaquina Maria Portela Cunha Melo
Gabrielle Cristina de Melo Oliveira
Marcela Oliveira de Sousa
Bruna Moura Cardoso Sousa

DOI 10.22533/at.ed.41219050729

SOBRE A ORGANIZADORA..... 279

UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Angela Maria de Sousa e Silva

USAL – Niterói – RJ

Jeanne Denise Bezerra de Barros

UERJ – Rio de Janeiro - RJ

Sabrina Nogueira da Silva

FACHA – Niterói - RJ

RESUMO: Os surdos durante os diversos períodos da história foram colocados à margem do mundo. Portanto, este estudo tem como objetivo principal analisar a atual formação do educador para interagir com o aprendiz surdo, em particular, do professor de Matemática, no Estado do Rio de Janeiro. Após reflexão acerca da trajetória histórica da educação dos surdos e as políticas a partir da legislação e análise se a formação está sendo satisfatória através de entrevistas de educadores do município de São Gonçalo e da cidade do Rio de Janeiro, percebeu-se que é de fundamental importância que os educadores conheçam esse processo histórico vivenciado pelas pessoas surdas para que possam construir práticas pedagógicas, pautadas na reflexão para não se repetir no futuro os erros do passado. Se faz constante formação do professor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Aprendiz surdo; Formação do professor.

ABSTRACT: Deaf people during the various

periods of history were placed on the sidelines of the world. Therefore, this study aims to analyze the current main educator training to interact with the deaf, in particular, the math teacher, in Rio de Janeiro State.. After reflection about the historical trajectory of the education of the deaf and the policies from the training legislation and analysis is being satisfactory through interviews of educators of the municipality of São Gonçalo and the city of Rio de Janeiro, it was noticed that is of fundamental importance that educators know that historical process experienced by the deaf people so that they can construct pedagogical practices, based on reflection not to repeat past mistakes in the future. Constant training is necessary.

KEYWORDS: education; Apprentice deaf; Teacher's training.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos apresentar resultados de uma dissertação de mestrado em Educação apresentada na Argentina, na qual buscou-se analisar a atual formação do professor para atuar na educação básica com alunos surdos incluídos em classes regulares, em particular, o professor de matemática, no Rio de Janeiro. A pesquisa de natureza qualitativa utilizou como procedimentos metodológicos:

entrevista semi-estruturada; narrativa e análise documental. Os informantes da pesquisa foram: vinte e quatro profissionais da educação, atuantes nas três esferas: municipal, estadual e federal. Sendo um coordenador de educação especial, sete professores de matemática, quatorze professores que atuam com surdos e duas alunas de licenciatura em matemática. Essa entrevista foi analisada através da Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2004). A linha teórica do trabalho foi dada pelos estudos de: Nóvoa (1995). Lacerda (1989, 2003), Skliar (1998, 1999, 2001), Perlin (2000), Quadros (2003); Moreira y Fernandes (2006, 2009), Dorziat (2006), Lopes (2007) y Ströbel (2007). O estudo apontou que é de fundamental importância que professores tenham conhecimento do processo vivenciado pelas pessoas surdas para que possam construir práticas pedagógicas pautadas em reflexões com o intuito de não se cometer os mesmos equívocos do passado. Percebemos ainda, que se faz necessário uma reflexão sobre educação especial na formação do professor de matemática para que se tenha uma transformação da realidade social e uma escola de qualidade para todos. Atualmente, observa-se uma mudança significativa da sociedade com relação à comunidade surda no Brasil. Com aprovação da lei n 10.436/2002 e a regulamentação do decreto n 5.626/2002, observa-se o reconhecimento desde a sua língua às didáticas de ensino, neste caso, em particular, as transmissões de conhecimento da matemática.

Tendo em vista essas inovações legislativas, o presente trabalho buscará analisar como está se dando a formação do professor na perspectiva do ensino de matemática para surdos no Rio de Janeiro. Especificamente, buscaremos: i – descrever historicamente a educação para os surdos em diferentes períodos históricos; ii - apresentar a legislação referente à pessoa surda; iii - conhecer como ocorrem as políticas de inclusão educativa para alunos surdos, apontando como se dá esse processo; iv- analisar, por fim, o nível de satisfação e o que se pode melhorar neste aspecto específico descrito no presente trabalho.

Ainda, em termos da lei, a proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento do surdo, a língua de sinais como primeira língua e o português no Brasil como segunda língua.

Do ponto de vista metodológico, buscando atingir aos objetivos traçados, o trabalho buscará aprofundar a bibliografia referente ao desenvolvimento do ensino de matemática para surdos, do ponto de vista histórico. Depois buscaremos para fazer a pesquisa de campo, coletando dados de entrevista junto a profissionais de educação e com alunos de licenciatura em matemática, num total de 24 (vinte e quatro) pessoas entrevistadas dos municípios de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Maricá e Niterói. A análise de conteúdo foi dividida em três fases, como alerta Bardin (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise foi organizado o esquema de trabalho a ser seguido, onde se estabeleceu os procedimentos, na fase seguinte o material foi examinado a fim de elaborar categorias e na última fase as respostas foram categorizadas para finalmente tornar os dados

brutos significativos. A entrevista terá como foco os professores que trabalham nas 3 (três) esferas (federal, estadual e municipal) com alunos surdos.

Foi usada a metodologia qualitativa, sendo assim, o instrumento trouxe um total de 20 perguntas que foram aplicadas a um total de 22 (vinte e dois) profissionais de educação e 2 (duas) alunas de licenciaturas. Para 23 (vinte e três) entrevistados, o questionário versando sobre formação do educador de surdos consiste em 16 (dezesesseis) perguntas; para quatro desses, além dessas 16 (dezesesseis), há mais 4 (quatro) perguntas; por fim, para um entrevistado tratamos do tema escola bilíngue, especificamente, sobre a criação de uma escola bilíngue.

2 | LEIS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Todos os governos no Brasil tem se empenhado na inclusão. Diversas leis estão sendo criadas. Em 2002 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais/ Libras, por meio da Lei nº 10.436, como a Língua das comunidades surdas brasileiras, que no seu artigo 4º, dispõe que o sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais / Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ver Tabela 24.

1961	LEI 4.024	Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	TÍTULO XII- Dos Recursos para a Educação Art. 93. Os recursos previstos no art. 169, da Constituição Federal, será aplicado, preferencialmente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos conselhos estaduais de educação, a fim de assegurar: § 1º Os gastos com educação são considerados: c) os de aperfeiçoamento de professores, incentivo à investigação e realização de congressos e conferências
------	-----------	--	---

1971	LEI 5.692	Lei que estabelece diretrizes e bases para o ensino de 1ª e 2ª séries e dá outras providências	<p>Art. 11. O ano letivo e o semestre, independentemente do ano calendário, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluindo-se o tempo reservado para os testes finais, caso sejam adotados.</p> <p>Art. 38. Os sistemas de ensino estimularão, através de um planejamento pertinente, a constante melhoria e atualização de seus professores e especialistas em Educação.</p> <p>§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau operarão entre períodos acadêmicos regulares, entre outras atividades, proporcionando estudos de recuperação a alunos subutilizados e ministrando, intensivamente, cursos, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de desenvolvimento de professores e cursos especiais de natureza complementar.</p>
1989	LEI 7853	Lei que prevê apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, na Coordenação Nacional de Integração do Portador Deficiente, institui a proteção jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina as ações do Ministério Público, define crimes e dá outras medidas.	<p>Artigo 2o§ apenas. Para os fins previstos no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta deverão dispensar, no âmbito de sua qualificação e finalidade, às matérias abrangidas por esta Lei, prioridade e tratamento adequado, para facilitar, sem prejuízo de outros, as seguintes medidas:</p> <p>III - na área de formação profissional e trabalho:</p> <p>a) apoio governamental à formação profissional e garantia de acesso aos serviços envolvidos, inclusive cursos regulares voltados à formação profissional.</p>
1996	LEI 9394	Estabelece as diretrizes e fundamentos da educação nacional	<p>TÍTULO VI- Dos profissionais da educação Art. 61. A formação dos profissionais da educação, a fim de atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada etapa do desenvolvimento do aluno, será baseada: - na associação entre teorias e práticas, inclusive através de treinamento em serviço; Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e planos de carreira do ensino público: II - desenvolvimento profissional continuado, incluindo licenciamento periódico remunerado para esse fim;</p>

1999	DECRETO 3.298	Estabelece como diretrizes e fundamentos da educação nacional Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Deficiente Transportadora, consolida as normas de proteção e dá outras providências	Seção II - Acesso à Educação Art. 24. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, responsáveis pela educação darão prioridade e tratamento adequado às matérias objeto deste Decreto, o que permitirá, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: VI - o acesso do aluno à deficiência aos benefícios conferidos aos demais alunos, incluindo material escolar, transporte, lanche escolar e bolsa de estudos. § 4º A educação especial contará com equipe multidisciplinar, com especialização adequada, e adotará orientações pedagógicas individualizadas. No capítulo sobre a Política de Treinamento para Profissionais Especializados Art. 49. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar aos assuntos abrangidos por este decreto prioridade e tratamento adequado, o que permite, sem prejuízo de outros, a seguintes medidas: I - treinamento e capacitação de professores de nível médio e superior para educação especial, técnicos de nível médio e superior especializados em habilitação e reabilitação, e instrutores e professores para formação profissional; II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e recursos humanos que atendam às demandas da pessoa com deficiência;
2002 2005	LEI 10.436 DECRETO 5.626	Sobre Libras Linguagem de sinais brasileira e outros assuntos. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Art. 4º O sistema federal de ensino e os sistemas estaduais de ensino do Distrito Federal e Município garantirão a inclusão em cursos de formação, educação especial, fonoaudiologia e docência nos níveis médio e superior, o Brazilian Sign Language Education-libras. , como parte integrante do PCN nacional currículo de parâmetros, como a legislação vigente.
2012	LEI 12764	Institui a Política Nacional para a Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo; e altera o § 3º do art. 98 da Lei em 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Art. 2º São diretrizes da Política Nacional para a Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo: VII - o incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro do autismo, bem como pais e cuidadores;
2015	LEI 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	CAPÍTULO IV - O DIREITO À EDUCAÇÃO Art. 28. Compete ao poder público garantir, criar, desenvolver, implementar, incentivar, supervisionar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes das Libras, de guias de interpretação e de profissionais de apoio;

1990	LEI 8.069	Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.	Art. 54 - é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
2011	DECRETO Nº 7.611	Estabelece proteção total para crianças e adolescentes.	Art 5. § 3o Salas de recursos multifuncionais têm ambientes, equipamentos e materiais didáticos e oferta educacional do especialista em serviços educacionais. § 4oA produção e distribuição de recursos educacionais e aprendizagem acessibilidade incluem material didático e livros didáticos em Braille, áudio e linguagem de sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, software de comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que permitem acesso ao currículo. .

Tabela : Trechos de algumas das Leis Educacionais Brasileiras

Sendo assim, o governo federal tem muitas leis que subsidiam a inclusão dos surdos no ensino regular, tanto âmbito social, quanto no pedagógico, mas nem sempre elas são postas em prática. As políticas públicas de educação inclusiva garantem o direito a todo cidadão brasileiro a uma educação plena e significativa. Entretanto, inquieta-nos saber se a escola regular, no atual contexto em que vivem os surdos no Brasil, está sendo significativa.

3 | PROBLEMA

Quanto ao problema específico do presente trabalho, tentamos responder aos seguintes questionamentos:

Como se encontra a formação do professor na educação de surdos no Rio de Janeiro? E como se encontra, em particular, a formação do professor de matemática para estes casos?

A decisão de direcionar o trabalho aos professores de matemática busca cumprir o objetivo de avaliar o ensino de matemática dos surdos.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Do conjunto de vinte e quatro informantes, sete são graduadas em matemática, dois estão estudando licenciatura em matemática, sete são pedagogas (três com formação específica na área da surdez), três são graduadas em letras, uma em comunicação social, duas fonoaudiólogas e dois informantes são graduadas em história (uma atualmente aposentada), veja Gráfico 1. Assim esse grupo, excetos 2 alunas, três são doutores, dois são mestres e dois tem especialização na área da surdez. Veja Gráfico 2.

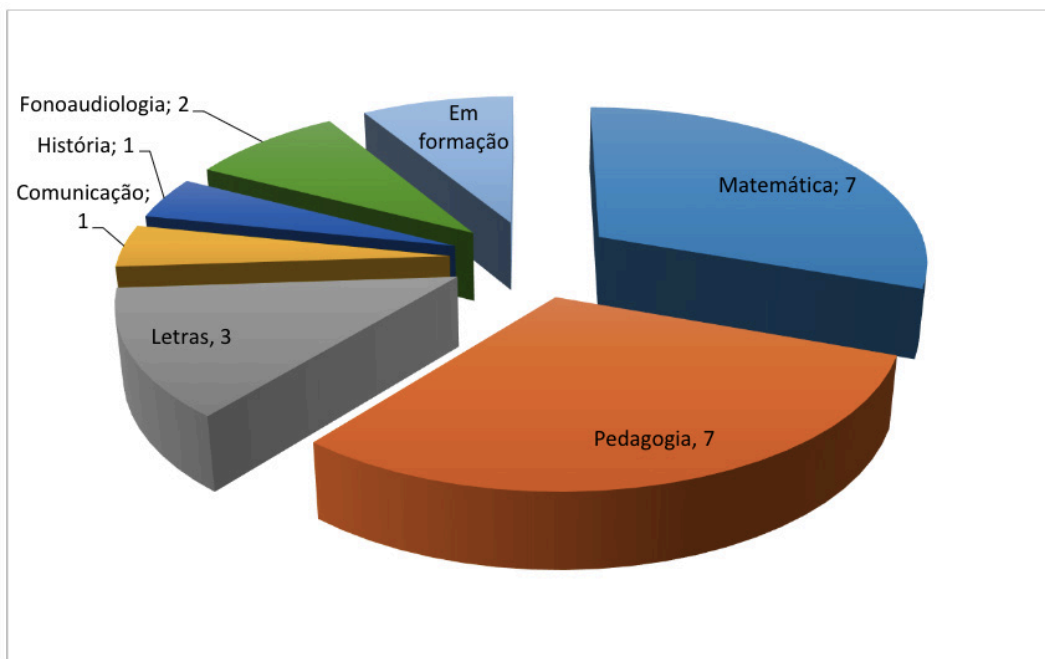


Gráfico 1: Formação acadêmica de vinte e quatro formandos

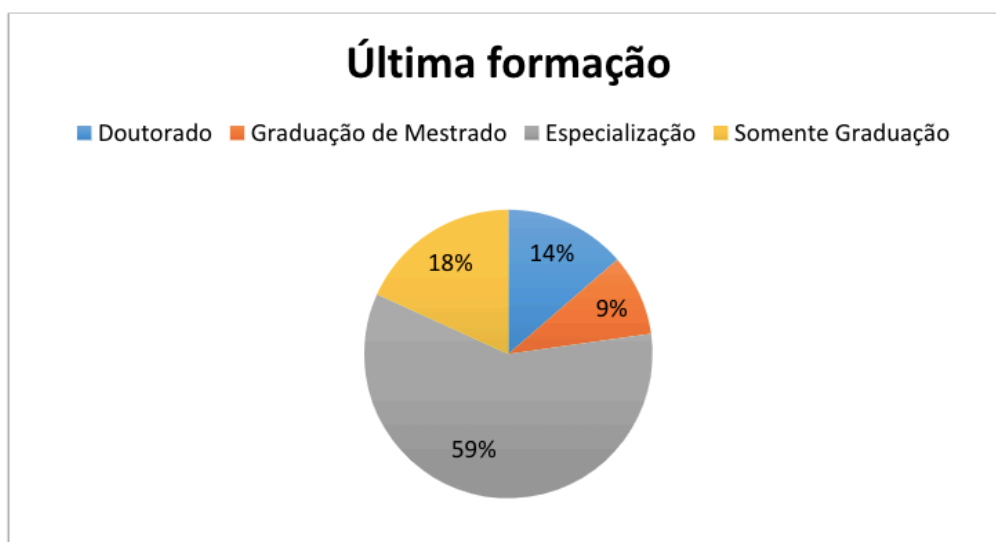


Gráfico 2: Formação de vinte e quatro informantes

O Gráfico 3: apresenta em qual ano os vinte e quatro informantes terminaram sua formação, lembrando que duas delas são estudantes.

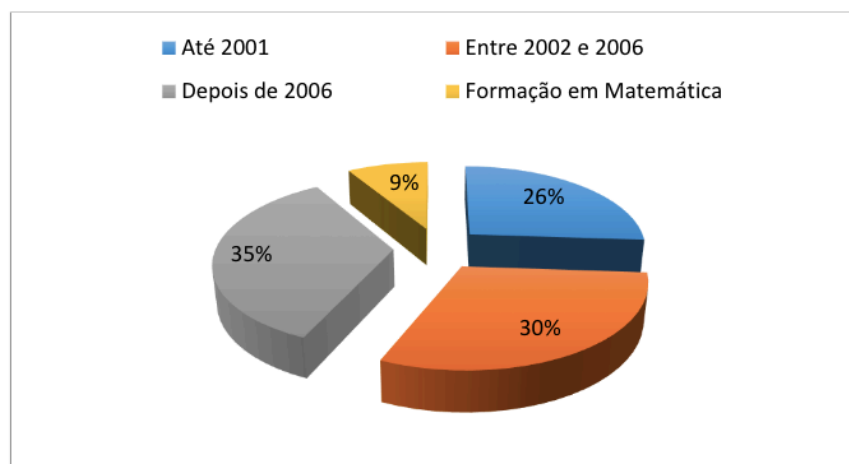


Gráfico 3: Ano de formação da graduação

Das vinte e quatro informantes, três trabalham somente em âmbito federal, iete na esfera estadual, dez na esfera municipal e as alunas estudam em universidade estadual (Gráfico 4). O objetivo das entrevistas foi conseguir das três esferas a importância da formação dos professores para atuar com surdos. É necessário lembrar que no Estado do Rio de Janeiro o professor da esfera municipal trabalha com os primeiros anos escolares (Ensino Fundamental), enquanto no Estado, o professor da educação básica trabalha somente com o Ensino Médio. O trabalho dos professores da esfera Federal são no INES especializado no ensino para surdos. Das entrevistas com os vinte e quatro informantes uma foi com o coordenador de Educação Inclusiva do município de São Gonçalo e quatro nunca tiveram contato com alunos surdos.

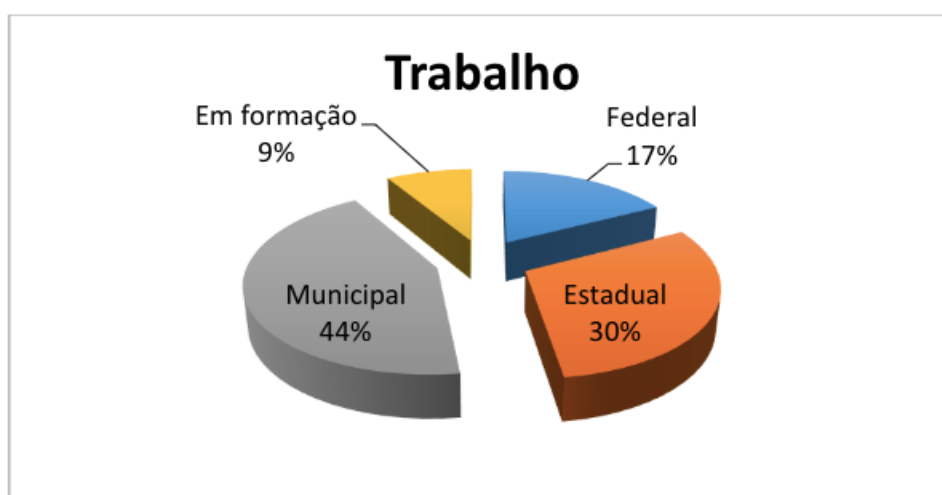


Gráfico 4: Esfera de trabalho

O Gráfico 5: apresenta em que local / locais do estado de Rio de Janeiro os estudantes tem experiência em ensinar. Duque de Caxias e São Gonçalo são os lugares de onde a maioria dos estudantes trabalham. Em terceiro lugar vem Niterói e outros tem experiência de trabalho na capital de Rio de Janeiro, Maricá e Itaboraí.

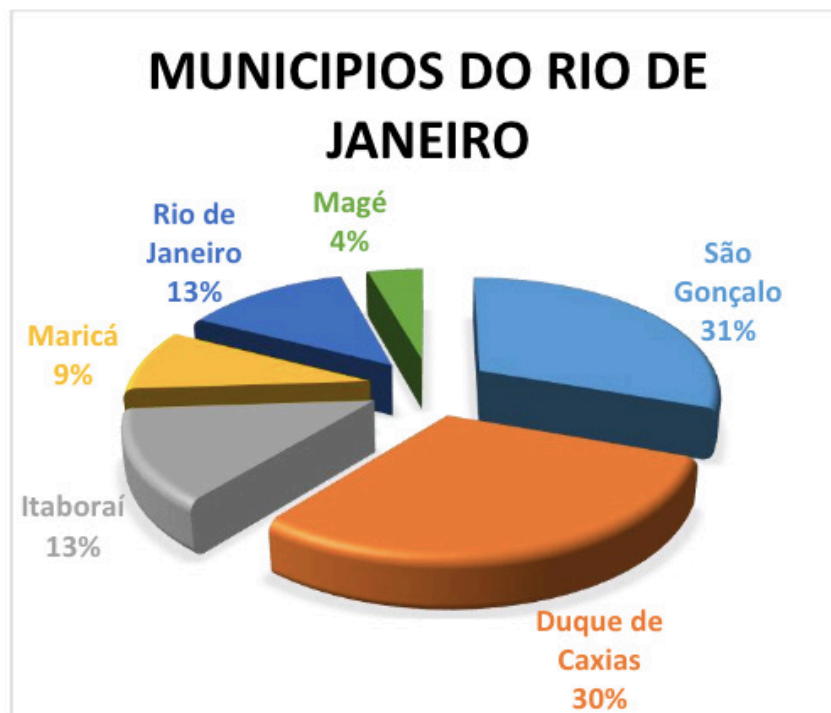


Gráfico 5: Lugar de trabalho

A partir das entrevistas, se pode concluir que seis estudantes terminaram a graduação até o ano de 2001, sete em 2001-2006, e os outros depois de 2006. No total de vinte e quatro estudantes, somando com as alunas em formação, podemos observar que não tiveram nenhum contato com a política de inclusão somente para os seis estudantes que terminaram a graduação até 2001 (veja Gráfico 6). Neste gráfico, se vê que, para esse grupo de estudantes metade aprova a inclusão. Para os sete professores que terminaram a graduação entre 2002 e 2006, três tiveram contato com a política de inclusão, sendo que somente um não aprova a incluso. Para os oito estudantes formados depois do ano de 2006 - dois não tiveram contato com a política de inclusão, um teve muito pouco contato e um aprova a inclusão.

No Gráfico 7, recapitulamos o grau máximo do grupo de dezenove estudantes porque dois estudantes não especificam onde trabalham, exceto às alunas em formação. Uma das alunas trabalha nas esferas municipal e federal. Por tanto, o cenário descrito pelas respostas dos professores sobre o contato que tiveram com as políticas de inclusão e licenciatura e bacharelado, mostrou que os professores que são graduados recentemente tiveram contato e as mais antigas não tiveram acesso.

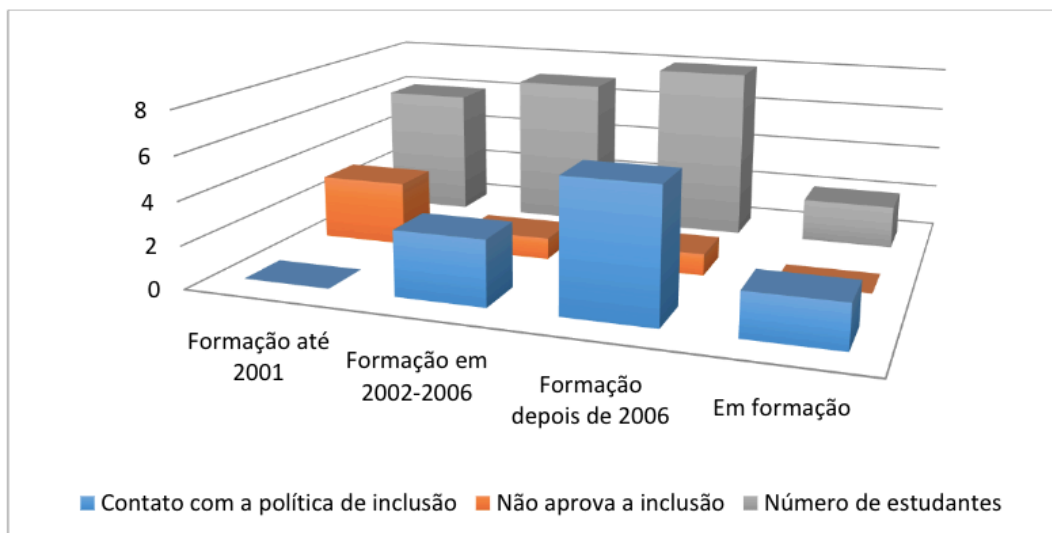


Gráfico 6: Incluso em sala de aula

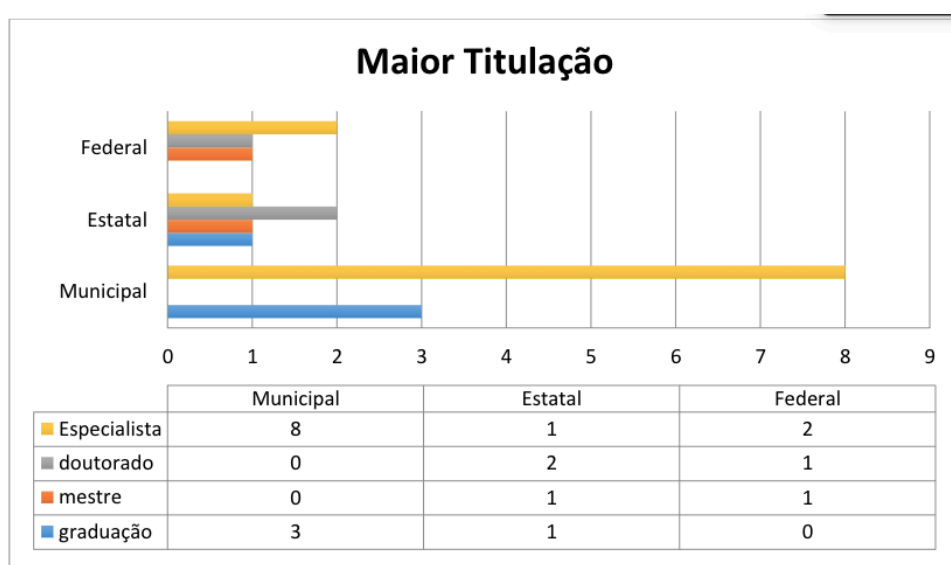


Gráfico 7: Maior titulação

Ao olhar para este grupo de entrevistados, a pesquisa revelou que a maioria dos professores de matemática não é contra a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, mas eles percebem como esta política está sendo implementada, além da falta de treinamento de professores de matemática. para atuar na aula regular com alunos surdos.

Em termos de como as classes de escolas regulares formadas por pessoas surdas e ouvintes são vistas, 50% acreditam positivo. De acordo com a pesquisa realizada, 100% dos professores afirmam a falta de preparo para atuar com alunos surdos incluídos na classe regular. Humberto Bethoven, Coordenador de Educação Especial de São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, disse: “Eu acredito que a escola bilíngue é a melhor forma de educação para surdos. O diferencial é o compromisso de ensinar Libras como língua principal, seguido pela compreensão da linguagem escrita em Português “(Apêndice B). Ele tem sido um desafio a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil neste grupo de pessoas surdas que usam as habilidades de

linguagem e a capacidade de se adaptar vai diminuir. Discutir a educação de surdos e como ela tem sido em relação a sua existência à realidade de suas necessidades que tem sido negligenciada. Deixados a margem das questões sociais, culturais e educacionais os surdos muitas vezes não são vistos pela Sociedade pelo seu potencial e sim por suas limitações impostas pela sua condição. São definidos como deficiente e, portanto, incapazes, isso ocorre devido aos anos de atraso da aquisição da linguagem que pode afetar o seu desenvolvimento e que, na maioria das vezes, o acesso é mesmo inexistente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho conclui que do ponto de vista do marco regulatório para ensino a surdos, houve uma evolução significativa ao longo do tempo. Entretanto, deve-se aumentar o apoio do uso de línguas de sinais, o que contribuiria para a expansão e melhor acesso aos alunos surdos. Quanto às entrevistas, notou-se que os professores reconhecem a importância do ensino de libras para o aluno surdo. Inclusive, após 2002, observou-se a inclusão nos currículos de licenciatura linguagem em libras, inclusive formando pedagogas com curso título de bilíngüe.

Porém; a libras ainda é uma disciplina optativa e a formação dos professores de matemática requer mudanças no currículo para que de fato possam atuar com alunos surdos. Apesar dos avanços nas políticas públicas em relação à inclusão escolar da pessoa surda. Vislumbra-se a necessidade de ampliar as investigações e os debates sobre a formação de professores de matemática.

Apontou-se ainda, a partir das entrevistas, a importância de um intérprete de forma a que estes profissionais, devidamente qualificados, possibilitando que os alunos surdos possam receber informações nas línguas de sinais. Por fim, professores de matemática, especificamente, consideram que a linguagem de libras é um obstáculo no processo de comunicação de ensino dessa disciplina, o que nos mostra, mais uma vez, para a necessidade de que o professor regente e outros profissionais tenham uma formação continuada, bilíngüe, para atender aos alunos surdos; estando certo que dentre os professores entrevistados carecem de um processo de capacitação maior para atuar nessa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Libras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em : 20/03/2011.

BRITO, L. F. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

_____, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa abordagem sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no Ensino Fundamental. Porto Alegre: Mediação: 2009.

MOURA, M. C.; ARENA, S. A.; CAMPOS, S. R. L. Educação de Surdos: práticas e perspectivas. v.1. São Paulo: Santos, 2008.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

_____, R. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004. QUADROS, R. (Org.). Estudos Surdos I – Série de Pesquisas. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.

QUADROS, R; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais- Libras. In: VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. Educação de Surdos: Políticas, Línguas de Sinais, Comunidade e Cultura Surda. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____, R.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. L. As imagens do outro sobre a cultura surda. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. v. 1, p 118.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-441-2

